



Magistratura do Presidente passará a ser de interferência?

Cavaco Silva prometeu uma magistratura actuante. Seguirá a sua promessa ou mudará de estratégia?

ALEXANDRA MACHADO

O primeiro-ministro ainda era José Sócrates. Cavaco Silva era o contra-poder. Em Janeiro de 2011, na reeleição para novo mandato, Cavaco Silva prometeu: "irei exercer uma magistratura actuante para que Portugal encontre rumo de futuro e renove a esperança do nosso povo". Mais de dois anos depois dessa declaração está agora no centro da crise política, já que ao Presidente da República cabe a palavra decisiva.

Passos Coelho esteve esta quinta-feira, 4 de Julho, reunido com Cavaco Silva, que no início da próxima semana vai ouvir os partidos com assento parlamentar. Mesmo que haja um acordo político entre PSD e CDS-PP, o Presidente da República tem a última palavra. Considera o acordo suficiente para que o Governo prossiga?

A possibilidade de exercício pelo Presidente da República da chamada bomba atómica está também ela à mesa das negociações. A Constituição Portuguesa admite a demissão do Governo pelo Presidente caso não esteja assegurado o bom funcionamento das instituições. E aí Portugal terá eleições legislativas antecipadas, será constituído um Governo de iniciativa presidencial ou, em última hipótese, Cavaco Silva convida o PSD a formar novo elenco governativo, já que foi o partido mais votado.

Ainda assim, várias vezes repetiu que é à Assembleia da República que compete actuar para que o Governo possa ser demitido, através de uma moção de censura, por exemplo.

Existe também da parte do senhor Presidente uma avaliação desta situação.

PEDRO PASSOS COELHO

Primeiro-ministro, quinta-feira, 4 de Julho, à saída da reunião com Cavaco Silva

Cavaco Silva, que já foi várias vezes acusado, ao longo deste seu segundo mandato, de se manter em silêncio, tem agora de falar. A crise política também está nas suas mãos. Falar e decidir. "Existe também da parte do senhor Presidente da República uma avaliação desta situação. Competirá ao senhor Presidente pronunciar-se e não a mim", declarou Passos Coelho, à saída da reunião que teve com Cavaco Silva esta quinta-feira.

E talvez o momento para a maior intervenção de Cavaco Silva enquanto Presidente. E é agora que a sua magistratura "actuante" poderá passar a magistratura de "interferência", o termo que o próprio usou, e criticou, para caracterizar a actuação do Presidente Mário Soares, no segundo mandato, quando era primeiro-ministro Cavaco Silva. "A magistratura de influência que Mário Soares falava no primeiro mandato evoluiu [no segundo] para magistratura de interferência", escreveu Cavaco Silva na sua autobiografia.